



**SÉRIE DE TEXTOS PARA DISCUSSÃO
DO CURSO DE CIÊNCIAS
ECONÔMICAS
TEXTO PARA DISCUSSÃO N. 076**

**Desenvolvimento e subdesenvolvimento econômicos: discussões
teóricas da ortodoxia, da CEPAL e de Celso Furtado**

**Antônio Marcos de Queiroz
Cleidinaldo de Jesus Barbosa
Edson Roberto Vieira
Sabrina Faria de Queiroz**

**NEPEC/FACE/UFG
Goiânia – Dezembro de 2018**



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
GPT/BC/UFG

Queiroz, Antônio Marcos de. Desenvolvimento e subdesenvolvimento econômicos: discussões teóricas da ortodoxia, da CEPAL e de Celso Furtado/ Cleidinaldo de Jesus Barbosa, Edson Roberto Vieira, Sabrina Faria de Queiroz - 2018.

20 f. (Série de Textos para Discussão do Curso de Ciências Econômicas, 076)

Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas (FACE), Goiânia, 2018.

1. Desenvolvimento. 2. Subdesenvolvimento. 3. Ortodoxia.
IV. Título.

Desenvolvimento e subdesenvolvimento econômicos: discussões teóricas da ortodoxia, da CEPAL e de Celso Furtado

Antônio Marcos de Queiroz¹
FACE/UFG

Cleidinaldo de Jesus Barbosa²
FACE/UFG

Edson Roberto Vieira³
FACE/UFG

Sabrina Faria de Queiroz⁴
FACE/UFG

RESUMO

O objetivo do trabalho será revisitar as ideias dos autores ortodoxos, Lewis, Nurkse e Rostow, da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e também de Celso Furtado sobre o desenvolvimento e subdesenvolvimento. Os primeiros autores que discutiram os temas supracitados tinham uma abordagem de análise de cunho liberal, vinculando o conceito de desenvolvimento ao de crescimento econômico, enquanto a análise cepalina e furtadiana passa a considerar os aspectos históricos, estruturais e, sobretudo, sociais, dentro de uma perspectiva específica da unidade dos países latinoamericanos. O pensamento originário cepalino surgiu como linha alternativa de discussão do desenvolvimento sob a ótica de elementos próprios que foram incorporados ao pensamento furtadiano. O trabalho não tem a pretensão de esgotar tal discussão diante de um tema tão amplo, mas de tentar vincular a temática, demonstrando principais características de cada linha de pensamento.

Palavras Chaves: Desenvolvimento, subdesenvolvimento, ortodoxia, Cepal, Celso Furtado

ABSTRACT

The objective of this work will be to revisit the ideas from the orthodox authors, Lewis, Nurkse and Rostow, from the Economic Commission for Latin America and the Caribbean (CEPAL) and from Celso Furtado about development and underdevelopment. The first authors who discussed the themes mentioned above had a liberal approach to analysis, linking the concept of development with that of economic growth, while the CEPAL and Furtadian analysis began to consider historical, structural and, above all, social aspects within a perspective of Latin American countries. The original of Cepal thought emerged as an alternative line of discussion of development from the point of view of its own elements that were incorporated into Furtadian thought. The paper does not pretend to exhaust such discussion on such a broad theme, but rather to try to link the theme, showing the main characteristics of each line of thought.

Keywords: Development, underdevelopment, orthodoxy, Cepal, Celso Furtado

JEL: O1, O10.

¹ Professor Adjunto na FACE/UFG. antonio.mq10@gmail.com.

² Professor Adjunto na FACE/UFG. cleidinaldobarbosa@gmail.com.

³ Professor Adjunto na FACE/UFG. ervieira@hotmail.com.

⁴ Professora Adjunta na FACE/UFG. sfsqueiroz@gmail.com.

1 Introdução

A Crise de 1929 demandou soluções muito mais sustentáveis do que a teoria liberal defendia, o que desencadeou grande preocupação entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos. A falta de orientação para as economias mundiais, quanto ao desemprego e queda constante dos preços industriais e agrícolas, aprofundou fortemente a crise econômica, já que o discurso corrente não dava sinais de solução no longo prazo (HOBSBAWN, 1995).

No período da I Guerra Mundial, da crise de 1929 e da II Guerra Mundial, com a crítica ao modelo liberal, surgem sistemas totalitários como o nazismo, o fascismo e o comunismo, permeados pela alternativa das ideias keynesianas. Estas consistiam na intervenção estatal enquanto estimulador da atividade produtiva na economia, motivando o início de discussões acerca do problema do desenvolvimento e subdesenvolvimento econômico.

O objetivo do trabalho será extrair uma conclusão sobre a abrangência das ideias originárias dos autores ortodoxos, Lewis, Nurkse e Rostow, da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e também de Celso Furtado sobre o desenvolvimento e subdesenvolvimento. Os primeiros autores que discutiram os temas supracitados tinham uma abordagem de análise de cunho ortodoxo convencional, observando as principais características quanto à formação de capital, a poupança, a produtividade do trabalho e o progresso técnico levariam as nações a alcançar o desenvolvimento econômico e superaria o problema do subdesenvolvimento.

A análise cepalina e furtadiana passa a considerar além desses, os aspectos históricos, estruturais e, sobretudo, sociais, ao afirmar que existem especificidades importantes nos países subdesenvolvidos enquanto unidade de análise. Parte-se do pressuposto de que o pensamento originário cepalino (principalmente de Prebisch) influenciou a obra de Furtado quanto aos elementos fundamentais como: a divisão centro-periferia, a deterioração dos termos de intercâmbio, o processo de industrialização e suas contradições. Além disso, houve a incorporação destas a abordagem furtadiana numa perspectiva mais avançada de discussão, principalmente para o Brasil, na qual Furtado vai analisar, elementos como: a problemática da industrialização, a expropriação do excedente econômico, a influência das empresas transnacionais na periferia, o planejamento e controle estatal e o papel dos intelectuais na sociedade. Estes foram incorporados ao pensamento furtadiano somados a elementos como: o progresso técnico schumpeteriano, a produtividade do trabalho, a oferta ilimitada de mão de obra, ao problema do desemprego.

A metodologia do trabalho consiste em pesquisa bibliográfica com a utilização de obras pioneiras que fundamentam o pensamento ortodoxo, cepalino e furtadiano quanto à temática. Ademais, o processo de investigação tenta descrever cada abordagem dentro do contexto histórico entre as décadas de 1920 e 1960.

Portanto, não há a pretensão de esgotar a discussão diante de um tema tão amplo, mas de tentar vincular a temática, demonstrando as principais características de cada linha de pensamento. O trabalho está dividido na discussão do desenvolvimento e subdesenvolvimento, primeiro com a discussão da ortodoxia, passando pela CEPAL e, finalmente, com Celso Furtado.

2 Discussão da ortodoxia

No pós-guerra, as discussões se tornaram muito mais frequentes, embora de forma equivocada chamassem desenvolvimento de crescimento econômico, a partir de uma base ortodoxa de análise num período de grande conflito entre o sistema bipolar do capitalismo e do comunismo dos Estados Unidos e da URSS, conhecido como a guerra fria. Nesta perspectiva

vários autores iniciavam discussões acerca do subdesenvolvimento⁵ diante de um cenário mais complexo, com o mundo desigual, cunhando uma classificação do que era um país desenvolvido e subdesenvolvido. Diante desta problemática, Lewis, Nurkse e Rostow desenvolveram vários trabalhos importantes, embora não tiveram consenso na caracterização do desenvolvimento e do subdesenvolvimento econômico⁶, mas partiram de uma visão funcionalista e convencional.

Começando por Lewis (1954), lembramos que seu artigo “Economic Development with Unlimited Supplies of Labour” de tradição clássica discute que em várias economias que dispõem de oferta ilimitada de mão-de-obra em relação aos recursos naturais a um determinado nível de subsistência, a produtividade marginal do trabalho tende a ser muito pequena, nula ou até negativa, enquanto o excedente capitalista se elevará continuamente. Já o investimento anual cresce a uma proporção da renda nacional, isso poderá resultar num processo deliberado de concentração de renda. Neste sentido, tal investimento traduzindo na formação de capital e no progresso técnico não resulta em salários crescentes, (já que a produtividade marginal do trabalho é nula), mas na elevação da participação dos lucros na renda nacional. “*O problema central do desenvolvimento econômico é que a distribuição do rendimento se altera em benefício a classe poupadora* (LEWIS, 1954, p.17).

Segundo o autor, nas economias subdesenvolvidas, a oferta ilimitada da mão de obra gera o desemprego estrutural em relação à demanda. Ou seja, há concomitantemente, a abundância relativa de mão de obra e a escassez de capital, tornando-se o grande desafio destas economias. Assim, a formação de capital depende não somente dos lucros, mas também do nível de expansão de crédito, que através do custo do capital gera inflação que é cumulativa, podendo ser autodestrutiva, já que os preços elevam na medida em que cria o capital e diminuem na medida em que o produto alcança o mercado. Para Lewis (1954), nas economias subdesenvolvidas, a poupança torna-se escassa em relação à renda nacional que não é determinada pela pobreza da população, mas pelos baixos lucros e rendimentos dos capitalistas que dependem do dinamismo crescente do reinvestimento de capitais em determinados setores.

Segundo Lewis (1954), o setor capitalista não se expande de forma indefinida, uma vez que uma acumulação de capital mais rápida que o crescimento demográfico pode gerar esgotamento do excedente, elevando os salários acima do nível de subsistência. Entretanto, no caso de uma economia aberta, o excedente de trabalho em países vizinhos permite a imigração da mão de obra (sindicatos são contrários a esta política) e também da exportação do capital (solução mais fácil para os capitalistas) para os mesmos, mantendo os salários baixos e reduzindo a formação de capital, reduzindo a procura de trabalho, faltando mão de obra para criar capital.

Portanto, a exportação de capital reduz os salários dos países exportadores de capital que pode ser compensado quando o capital passa a ser usado para desencarecer os artigos de importação dos trabalhadores ou mesmo para elevar os custos dos salários dos países concorrentes nos demais mercados (produtividade elevada nos setores de subsistência). Entretanto, com a redução dos salários se agrava quando o capital é aplicado para elevar tanto o custo das importações quanto a produtividade das exportações dos países concorrentes.

Para Lewis (1954), a ineficiência da produção de alimentos por habitante explica a principal razão pela qual os produtos tropicais comerciais são tão baratos em termos do padrão de vida que podem proporcionar. Os lucros da maior eficiência das indústrias de exportação

⁵A tentativa de explicar o subdesenvolvimento e, a partir daí intervir nos continentes da África, da América Latina e da Ásia, assolados pela pobreza. Daí a necessidade do debate e produção bibliográfica de muitos teóricos tanto do centro capitalista quanto da periferia (LIMA, 2007).

⁶Os estudos dos autores Harrod e Domar também podem ser citados como importantes trabalhos que nortearam discussões dentro da ortodoxia (FURTADO, 1954).

concentram nas mãos do consumidor estrangeiro, enquanto que a eficiência na produção de alimentos do setor de subsistência oneraria ao mesmo tempo os produtos de exportação.

Portanto, Lewis ressalta que o problema do desenvolvimento econômico nas economias subdesenvolvidas pode ser explicado por fatores que envolvem a oferta ilimitada de mão de obra com salário real constante. O excedente do capitalista eleva-se continuamente num processo de concentração de renda. Isso acarreta a queda da produtividade marginal do trabalho que tende a ser muito pequena, nula ou até negativa. A formação de capital conjugada com o progresso técnico não resulta em salários crescentes, mas na elevação da participação dos lucros na renda nacional diante de uma escassez de poupança, típico destas economias, que não é determinada pela pobreza da população, mas pelos baixos lucros e rendimentos dos capitalistas que dependem do dinamismo crescente do reinvestimento de capitais em determinados setores.

Nurkse (1953), o segundo autor da visão ortodoxa aqui debatido, em seu artigo “Some aspects international of the development economics”, discute que o investimento é limitado pelo tamanho do mercado e isso compromete o desenvolvimento econômico. Além disso, a dimensão do mercado será determinada pelo nível geral de produtividade física do trabalho que dependerá da capacidade de compra. Esta capacidade de compra significa também a capacidade de produção instalada, ou seja, a acumulação de capital. O autor vai destacar que a principal dificuldade dos países subdesenvolvidos está na inelasticidade da demanda a um baixo nível de rendas, ou seja, o baixo poder aquisitivo impede o impulso do investimento em qualquer setor industrial.

Além disso, Nurkse (1953) aborda a teoria do crescimento equilibrado⁷, baseada na questão de que nos países desenvolvidos, as indústrias que abastecem o consumo interno são complementares e integradas, engendrando um mercado que se sustenta de forma mútua, diante da diversidade das necessidades humanas (a noção de equilíbrio baseado na Lei de Say). No entanto, isso não ocorre nos países subdesenvolvidos. Ele vai defender ainda que o crescimento equilibrado é alcançado através do planejamento estatal ou também com recursos privados.

Nurkse (1953) utiliza de elementos do pensamento de Schumpeter, como o fluxo circular, ao valorizar o empresário enquanto agente principal do progresso industrial no processo de desenvolvimento econômico, responsável pelas inovações tecnológicas. Estas são imprescindíveis na superação e no rompimento do círculo vicioso da pobreza e a dificuldade de formação da poupança interna para a promoção da industrialização, características dos países subdesenvolvidos⁸ (NURKSE, 1953).

No cenário internacional, é evidente o problema da escassez do investimento externo para a formação do capital nas economias que carecem de poupança interna, principalmente na produção de bens primários de exportação, dada a forte demanda internacional por matérias primas e, concomitantemente, dificulta a maior industrialização. Nurkse (1953) defende que os países em desenvolvimento deveriam fazer a diversificação da pauta de exportação com apoio do capital externo, e fugir da especialização produtiva para alcançar o crescimento equilibrado, diminuindo os impactos deficitários na balança de pagamentos, dado a pressão de consumo de produtos importados.

O desequilíbrio não ocorre porque a produtividade define os custos de exportação e a competitividade de um país em todos os setores em relação aos demais no mercado mundial;

⁷Um dos trabalhos pioneiros da moderna teoria do desenvolvimento econômico “Problems of Industrialization of Eastern and South-Eastern Europe”, *Economic Journal*, foi desenvolvido por Paul Rosenstein-Rodan.

⁸Para Nurkse (1953, p.273), “as nações mais pobres, em contato com as mais ricas, sentem-se continuamente impelidas a manter suas rendas e gastos monetários acima do que sua própria capacidade de produção lhes permite. O resultado é uma tendência inflacionária interna e uma persistente tendência ao desequilíbrio da balança de pagamento. A doutrina da vantagem comparativa é, ao meu ver, resposta efetiva às formulações mais simples da teoria da produtividade na interpretação da escassez de dólares. Aqui, porém, parece termos chegado a uma teoria do desequilíbrio da balança de pagamentos baseada igualmente nas diferenças dos níveis gerais de produtividade. No entanto, o princípio dos custos comparativos é plenamente respeitado.”

ocorre desequilíbrio nos países subdesenvolvidos pelo fato da produtividade de um país determinar tanto sua renda real quanto seu nível de consumo, pois existem grandes diferenças destes em relação aos países desenvolvidos, exercendo forte pressão na propensão marginal a consumir, já que praticam padrões de consumo acima de suas possibilidades (NURKSE, 1953). A consequência é a destruição do potencial de geração de poupança interna, pressão na balança de pagamentos e no nível geral de preços com o processo inflacionário. A solução é controlar o consumo.

Portanto, a teoria de Nurkse sobre desenvolvimento econômico nos países subdesenvolvidos se concentra no âmbito do pequeno tamanho do mercado, pelo baixo nível de investimento e também de produtividade física do fator trabalho. Para superar isso há necessidade de recursos externos para compensar a escassez de poupança, de investimento interno e superar o problema da especialização produtiva e do desequilíbrio da balança de pagamentos. É importante também ressaltar o papel do empresário com o processo de industrialização (via inovações) sendo fundamental para romper o círculo da pobreza e alcançar o processo de desenvolvimento.

O terceiro autor da visão ortodoxa aqui apresentado é Rostow (1956; 1960). Em seu livro “The Stages of Economic Growth” percebemos uma forte influência do evolucionismo darwiniano, característica comum das ideias de desenvolvimento ortodoxo. Ele traz uma estratégia de desenvolvimento a ser perseguida por países em desenvolvimento, baseada em cinco estágios: 1) **Fase da sociedade tradicional** caracterizada pela agricultura de subsistência ou de caça e coleta, basicamente a presença da economia do setor primário. A tecnologia é bastante limitada, nesta sociedade eminentemente agrária e hierarquizada, a mobilidade social vertical é rara, pois havia uma estrutura social rígida (caso chinês e europeu); 2) **Fase das condições para decolagem ou arranco (take-off)** inicia-se pela expansão do comércio internacional com a presença da demanda externa por bens manufaturados e por matérias-primas, com o uso de tecnologia na agricultura comercial e de cultivo para exportação, exemplos do uso da irrigação, de canais e de portos. Isso favorece a mudança social com a presença da mobilidade social do indivíduo e com o desenvolvimento da identidade nacional; 3) **Fase da decolagem (ou arranco)** – nesta fase as condições já estão formadas na sociedade, como a atração do nível de investimento privado na geração de lucros para reinvestimento na produção; a criação de um ou mais setor manufatureiros básicos e, por fim; o desenvolvimento de uma estrutura política, social e institucional com o aproveitamento dos impulsos expansionistas do setor moderno e os efeitos externos; 4) **Fase da condução para maturidade**, nesta fase há forte diversificação da base da indústria, bens de capital, bens de consumo durável e não durável; com a expansão rápida da infraestrutura de transporte e infraestrutura social, como escolas, universidades e hospitais, além de vários setores em relação ao incremento demográfico; 5) **Fase da era do consumo em massa** é o *clímax* dos cinco estágios de desenvolvimento. Os setores líderes passam a ser os de produção de bens de consumo duráveis e de serviços. A elevação da renda per capita permite que um grande número de pessoas possa consumir acima de suas necessidades mínimas de alimentação e vestuário, elevando-se o bem-estar. O Estado passa a priorizar a redistribuição de renda com a política tributária de impostos progressivos, reduzindo a exclusão social. Portanto, para Rostow, os países passariam por cada uma das fases, alegando que uma série de condições ocorreria em relação ao investimento, consumo e questões sociais em cada estágio. Embora nem todas as condições fossem comuns entre os países.

Para os autores supracitados, não existe uma preocupação intrinsecamente social do nível de investimentos internos e externos, da poupança, da renda e do consumo, do comércio externo, mas uma leitura em termos de eficiência produtiva, de produtividade da mão de obra, dos maquinários e de processos para a superação do problema do subdesenvolvimento. A seguir

a discussão da Cepal introduz novos elementos, inclusive próprios da teoria cepalina, revelando que o tema supracitado é mais amplo e complexo do que à discussão ortodoxa.

3 Discussão da Cepal

Nas décadas de 1940 e 1950, emerge-se o pensamento da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), que apresenta em linhas gerais, os elementos comuns presentes nas teorias de crescimento de origem neoclássica e keynesiana acerca do desenvolvimento econômico enquanto um processo de acumulação de capital, ligado ao progresso técnico, com o uso gradual de densidade de capital e o aumento da produtividade do trabalho e do nível de vida médio. Entretanto, as semelhanças param por aí. A concepção cepalina não prioriza a acumulação de capital e o progresso técnico em uma economia capitalista de forma isolada, mas quer revelar quais as características que este processo assume ao fazer a difusão das técnicas capitalistas de produção no sistema econômico mundial dividido em centros e periferia (RODRIGUEZ, 1981; 1986).

Portanto, a CEPAL traz uma nova discussão da teoria de desenvolvimento, ora rompendo, ora questionando as ideias de tradição clássica de Lewis, de Nurkse e do evolucionismo de Rostow, estabelecendo que a industrialização fosse um importante elemento alternativo na condução da economia ao desenvolvimento econômico. Entretanto, a industrialização não seria atingida por meio do centro, mas pelas estratégias inerentes da condição econômica de cada país. Para a CEPAL

[...] o desenvolvimento econômico se expressa no aumento do bem-estar material, normalmente refletido pela elevação da renda real por habitante e condicionado pelo crescimento da produtividade média do trabalho. Considera-se que esse crescimento depende da alocação de métodos de produção indiretos cujo uso implica o aumento da dotação de capital por homem ocupado. A maior densidade de capital, por sua vez, vai sendo obtida à medida que se leva a efeito a acumulação, que é impulsionada pelo progresso técnico, necessária para garantir a continuidade (RODRIGUEZ, 1981, p.36).

A CEPAL foi criada em 1948 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas cujo objetivo era estimular a cooperação econômica entre os seus países membros. Em outras palavras, esta comissão deveria estudar as medidas necessárias para melhorar uma ação conjunta destinada a favorecer o progresso econômico dos países da América Latina e aumentar o nível de atividade econômica, mantendo e estreitando os laços econômicos ligados entre si e com o resto do mundo (SUNKEL, 2000). A literatura consistia no fundamento básico a utilização do método histórico-estrutural, denominado de estruturalismo, ressaltando as especificidades do desenvolvimento dos países latinoamericanos, bem como o seu subdesenvolvimento comparado a formação e reprodução das estruturas dos países desenvolvidos (GUMIERO, 2011).

Para Rodriguez (1986) as diferentes formalizações ao longo do tempo de múltiplos documentos criados por diferentes autores estão ligados por um conteúdo comum, convergente e complementar. A construção da unidade do pensamento cepalino inicia com uma concepção básica para a discussão dos problemas dos países da América Latina, como mostra Bielschowsky (2005) quanto: a deterioração dos termos de troca, a falta de convergência entre as rendas por habitante do centro e da periferia, ao desequilíbrio estrutural da balança de pagamentos, a vulnerabilidade externa, a brecha de poupança de divisas e dinâmica do processo de industrialização da substituição de importações.

O primeiro trabalho importante e significativo foi o “Estudo Econômico da América Latina do ano de 1949” revelando os principais problemas dos países latinoamericanos com a análise das semelhanças e diferenças regionais dentro de uma trajetória histórica destes países em relação à evolução da economia mundial. Raul Prebisch dirigiu este estudo, incluindo, pela primeira vez, o enfoque Centro-Periferia (não de um país, mas da unidade da América Latina) e análise quantitativa da evolução em longo prazo dos termos de troca internacional entre os países. Também houve destaque neste trabalho a contribuição de Celso Furtado e muitos outros autores (THORP, 2000; SUNKEL, 2000).

[...] [Prebisch defendia] o abandono do que seria a divisão do trabalho internacional que relegava a América Latina a "periferia" da economia mundial, ou seja, apenas como "produtora de matérias-primas para os grandes centros industriais", e indicava-se o caminho da industrialização como forma de "captar uma parte do fruto do progresso técnico e elevar progressivamente o nível de vida das massas" (RODRIGUEZ, 1981, p.39).

A estrutura produtiva da periferia é considerada heterogênea, coexistindo atividades que apresentavam alta produtividade do trabalho (setor exportador) em relação às demais atividades com baixa produtividade (agricultura de subsistência). A estrutura ainda pode ser considerada especializada em dois pontos: a pauta de exportação concentrada em um ou poucos produtos primários⁹; e a alta dependência de produtos importados, já que é fraco o desempenho da diversificação horizontal, da complementação de setores e da integração vertical da produção. Em comparação, a estrutura produtiva do centro é homogênea e diversificada, cumprindo as diferentes funções que cada país exerce no comércio mundial pela divisão internacional do trabalho e pelo intercâmbio de produtos primários e alimentos por bens manufaturados (RODRIGUEZ, 1981; 1986; PINTO, 1976).

Em termos estruturais do sistema, o centro é homogêneo enquanto a produtividade média é semelhante em todos os setores, sejam industriais e exportadores. Na periferia, a estrutura é heterogênea e a produtividade média é desigual para todos os setores industriais e não exportadores. Portanto, para as economias periféricas, em caso de livre comércio¹⁰, a relação Y_p/Y_i (relação da renda de exportação dos produtos primários em relação à renda de exportação dos produtos industrializados) e $\Delta L_i > \Delta L_p$ (produtividade dos produtos industrializados maior do que a produtividade dos produtos primários) torna-se menor do que uma unidade, piorando bastante tal relação se comparada às economias industrializadas, gerando uma evolução desigual. Isso causa deterioração dos termos de intercâmbio, não somente pela desigualdade dos ritmos de elevação da produtividade do trabalho, como também das rendas médias, concentrando os lucros nos centros de maior dinamismo (dado o progresso técnico) (RODRIGUEZ, 1981).

Outra questão está nas diferenças existentes na estrutura de demanda, principalmente do setor de bens de consumo pelos diferentes padrões de consumo da periferia. A elasticidade renda da demanda é maior que a uma unidade para o caso dos produtos manufaturados e menor

⁹Há uma consolidação da etapa do desenvolvimento voltado para fora, com a conformação da heterogeneidade e a especialização produtiva nos países periféricos que crescem baseados principalmente, com base na expansão de atividades exportadoras de produtos primários (RODRIGUEZ, 1986).

¹⁰Outra questão importante é a ideia do livre comércio, enquanto benefício mútuo dos países envolvidos no intercâmbio comercial, conhecida como a Teoria das Vantagens Comparativas de David Ricardo que prevalecia até os anos 40. Prebisch ao utilizar as ideias de List, na 1ª metade do século XIX, contrárias ao livre comércio, (acreditava que nem todos os países seriam beneficiados comercialmente), ele passa a reivindicar a redução da assimetria de mercado com o processo de industrialização das economias periféricas (RODRIGUEZ, 1981).

que uma unidade para os produtos primários. A produtividade dos produtos industrializados é maior do que a produtividade dos produtos primários, já que existe uma evolução desigual. No caso de expansão da renda mundial, o centro será beneficiado em relação à periferia pela maior demanda pelos seus produtos (RODRIGUEZ, 1981).

Portanto, há uma clara tendência de desigualdade entre os pólos centro-periferia, inerente a sua própria dinâmica, seja a desigualdade estrutural (seja a diferenciação entre as produtividades e seja em termos de rendas médias) e de demandas, características típicas da fase de desenvolvimento para fora.

Para Rodriguez (1981) e Thorp (2000), as oscilações cíclicas¹¹ da economia mundial, principalmente no período da I e II Guerra Mundial e a crise de 1929, oriundas dos conflitos, das guerras e das crises, restringiram tanto as importações de produtos industrializados dos centros, quanto à exportação de produtos primários da periferia, resultando em constantes déficits comerciais, comprometendo a balança de pagamentos e também a perda de reservas nestes países. Esse fato impõe uma nova estratégia no processo espontâneo de industrialização¹² da periferia com forte intervenção estatal, com a adoção de medidas restritivas das importações, no sentido de substituí-las pela produção interna de bens industrializados, conhecida como o processo de substituição das importações (PSI), simultaneamente a proteção da indústria nascente. Portanto, o desenvolvimento para fora (baseado nas exportações de produtos primários) passa a ter uma dimensão de desenvolvimento para dentro, com o PSI, legitimadas pelas intensas e constantes ações do Estado.

A industrialização da periferia ocorre em condições de abundância de mão de obra, características de especialização e heterogeneidade estrutural que passa a utilizar técnicas intensivas em capital de grande escala. Com a escassa demanda por força de trabalho em descompasso a relação da oferta desta, ocorre o concomitante deslocamento da mão de obra dos setores considerados atrasados tecnicamente, como o agrícola, atuando sobre o crescimento demográfico. Além disso, os fortes efeitos indiretos do investimento sobre o emprego não ocorrem na periferia, como ocorreriam no centro, devido à inadequação tecnológica, tornando o desemprego um elemento constante. Portanto, os baixos níveis de renda e de poupança, a insuficiência de mercado diante das técnicas das unidades produtivas de grande escala, a subutilização do capital para investimento, baixos níveis de produtividade nos setores e falta de infraestrutura, elementos do período de desenvolvimento para fora revelam reflexos da acumulação de capital da periferia (RODRIGUEZ, 1981; 1986).

Em outras palavras, o problema da situação periférica de subdesenvolvimento não é superado, mesmo com o posterior processo de industrialização, seja pela inadequação tecnológica, seja pela não observação da qualificação da mão de obra. A inadequação tecnológica da periferia ocorre em consequência da adoção do mesmo padrão tecnológico do centro que poupa mão de obra, sendo necessária a elevação tanto a demanda (para adequar a escala de tecnologia), quanto o nível de investimento. A tecnologia ficará inutilizada e inadequada, já que a produtividade média será baixa, questões que serão discutidas mais adiante por Furtado (RODRIGUEZ, 1981; 1986).

¹¹Para Prebisch, os ciclos econômicos influenciavam tanto os países desenvolvidos, quanto os subdesenvolvidos, quando os mesmos prosperavam, observava-se a elevação da demanda, dos lucros dos capitalistas, dos salários dos trabalhadores e dos preços dos produtos. Em períodos de crise ocorria o contrário, com a queda dos lucros dos capitalistas, mantinham os salários mais baixos no centro, que vão exigir a redução dos preços dos produtos primários na periferia, resultando consequentemente, na redução dos salários dos trabalhadores nestes países (RODRIGUEZ, 1981).

¹²A CEPAL propunha que a superação do subdesenvolvimento da periferia seria pelo caminho da industrialização liderada pelo Estado. Esta estratégia não vai surtir o efeito esperado, sendo que tal visão cepalina vai ser bastante criticada nos anos 60, principalmente por Celso Furtado e pelos autores da Teoria da Dependência, Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Fernando Henrique Cardoso.

Segundo Sunkel (2000), nos anos 1950 foram incorporados ao pensamento da CEPAL as contribuições externas de trabalhos como os da discussão polêmica sobre o tema da inflação na América Latina (enfoque estruturalista), com a temática do crescimento. A pressão dos preços estaria atrelada ao problema da estrutura agrária, considerada concentrada nas mãos de poucos latifúndios improdutivos (aproveitamento de rendas contra a depreciação inflacionária da riqueza “moeda”) e minifúndios de posse precária (dificuldade de capitalização e elevação da produtividade), limitando a oferta de alimentos e produtos agrícola e a retenção da força de trabalho.

Pode-se concluir que por meio do processo espontâneo da industrialização, consegue-se alcançar um determinado nível de diversificação da produção e aumento da produtividade média do trabalho de forma considerável em alguns setores, mas não elimina o desemprego (setores de produtividade baixa), nem a falta de complementaridade entre determinados setores, nem mesmo a condição de país periférico primário exportador. Rodriguez (1981) chama a atenção que diante do livre jogo das forças do mercado, durante o processo de industrialização ainda persiste a deterioração; como os problemas de déficit na balança de pagamentos, de capacidade ociosa de capital e dificuldade de absorção da força de trabalho e problemas de oferta agrícola, podendo transformar a estrutura produtiva da periferia mediante a utilização concomitante de uma política orientada, ordenada e racional de desenvolvimento e planificação, assunto que Furtado abordará com maior profundidade.

Rodriguez (1981; 1986) vai ressaltar que o pensamento cepalino possui uma análise própria ao abrir mão da interpretação neoclássica ou keynesiana que atribuem o estágio de subdesenvolvimento da periferia a um simples estado de atraso. Além disso, seu mérito está na sistematização das características da estrutura produtiva, descrevendo as mudanças estruturais da produção a partir do processo de industrialização e como tais transformações estão condicionadas pelas relações comerciais da periferia com o centro. Entretanto, sua limitação de análise está no mesmo mérito, já que examina superficialmente as relações sociais inerentes do processo de industrialização, além de não apresentar de forma desenvolver as hipóteses quanto à desigualdade inerente ao sistema centro-periferia.

4 Discussão de Celso Furtado

Celso Furtado foi um dos economistas brasileiros mais reconhecidos internacionalmente. Escreveu obras importantes, como Formação Econômica do Brasil (1959); Desenvolvimento e Subdesenvolvimento (1961), Dialética do Desenvolvimento (1954); O Mito do Desenvolvimento (1974), dentre outras que o tornaram como um dos grandes economistas mundiais dos anos 1940 e 1950 ao criar a nova teoria do desenvolvimento. Foi uma atuação decisiva, juntamente com Raúl Prebisch, na formulação da teoria estruturalista latino-americana, ao elaborar uma teoria original do subdesenvolvimento, distinguindo-o do mero atraso. Além disso, contribuiu decisivamente em estabelecer as bases do planejamento econômico indicativo que se realizou no Brasil, com grande êxito, entre os anos 1950 e 1970. Colaborou com o grupo do ISEB no estabelecimento das bases teóricas de uma política nacional-desenvolvimentista para o Brasil e a América Latina. Foi um dos fundadores da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), na tentativa de correção das diferenças regionais no Brasil. Foi ministro do Planejamento em momento de absoluta crise política, em 1963, produziu um plano de austeridade de estabilização, o Plano Trienal, que não foi implementado. Exilado, continuou no exterior seu trabalho teórico e sua análise crítica da economia brasileira. Até no final da década de 1960 apresentou um projeto de retomada do desenvolvimento com distribuição de renda que, em seguida, constituiu Um Projeto para o Brasil (1968) (BRESEER PEREIRA, 2005).

A discussão furtadiana critica a visão ortodoxa na questão do reducionismo e aprofunda em questões que a CEPAL não o fez, embora possua a mesma base teórica, mantendo grandes similitudes de análise dos aspectos histórico-estrutural, da divisão da estrutura centro-periferia, da deterioração dos termos de intercâmbio, do desemprego estrutural e da industrialização substitutiva de importações na periferia. Furtado traz um maior amadurecimento das ideias no campo da economia política (uma abordagem marxista) quanto ao problema da industrialização, da apropriação do excedente econômico na sociedade pelas relações de dominação e de poder e também a influência da dominação da transnacionalização de empresas do centro na periferia.

Para alcançar esta discussão, Furtado teve muitas influências que moldaram seu pensamento apartidário de qualquer ideologia na abordagem relacionada às ciências de uma forma geral. Ele recebeu influência de autores como: List “centralidade do Estado nacional” (CEPAL); Prebisch “classificação do núcleo da unidade centro-periferia” (CEPAL); Weber “teoria da história, teoria da racionalidade e teoria da ação”; Schumpeter “inovações tecnológicas, com rupturas tecnológicas e descontinuidades; Marx “economia política – histórico-dialética”; Myrdal “idéia dos processos de causação cumulativa; Nurkse “formação de capital e círculo da pobreza”; Lewis “oferta ilimitada de mão de obra e investimento: qualidade x quantidade”; Keynes “Estado interventor e de controle, investimento público”; Mannheim “teoria do conhecimento, relações de poder, planificação democrática, *intelligentsia* com o papel dos intelectuais nas economias subdesenvolvidas”. É óbvio que existem outros autores que não foram mencionados que também influenciaram as ideias de Furtado.

Furtado (1977) em busca de um quadro teórico mais amplo¹³, reconhece que a análise econômica corrente tradicional, originada numa concepção funcionalista dos processos sociais torna-se insuficiente na captação dos aspectos precípuos dos sistemas econômicos modernos. Para ele, os fatos são inexplicáveis a partir de um número limitado de variáveis econômicas e de parâmetros numa matriz estrutural, valendo ao economista na utilização de fatos de maior relevância que passam no plano das estruturas, são praticamente invisíveis ao analista. Nesta perspectiva, a análise histórico-estruturalista da CEPAL orientou-se desde os anos 1950, por meio dos elementos que revelam a especificidade do subdesenvolvimento. A partir desta visão, foram observados vários avanços quanto o conhecimento e teorização das características das economias subdesenvolvidas.

O conceito de desenvolvimento está fundamentado num entendimento do conceito de acumulação para superar o reducionismo do conceito de investimento (de acordo com Nurkse). Furtado (1961; 1977; 2000) tenta analisar o conceito de acumulação mais abrangente do que as ideias clássicas da origem da riqueza das nações em termos de formação de capital: investimento, estoque e capacidade de produção, como fizeram Adam Smith, Malthus, Mill, Marx e Keynes. Para ele é importante relacionar ao conceito de acumulação ao de progresso técnico, um dos principais pontos da teoria de desenvolvimento.

O desenvolvimento econômico na perspectiva que Nurkse aborda (de natureza schumpeteriana), consiste na introdução de novas combinações de fatores de produção para a elevação da produtividade do trabalho, permitindo tanto a elevação da renda real social, quanto à quantidade de bens e serviços. Além disso, permite também aumentar a remuneração da mão de obra, da renda real e, conseqüentemente, a modificação da estrutura da demanda e também da estrutura de produção (FURTADO, 1954).

¹³ “[...] no período subsequente à Segunda Guerra Mundial, teve com causa principal a tomada de consciência do atraso econômico em que vive a grande maioria da humanidade. Indicadores mais específicos, tais como mortalidade infantil, incidência de enfermidades contagiosas, grau de alfabetização [...] o que contribuiu para amalgamar as ideias de desenvolvimento, bem-estar social, modernização, enfim tudo que sugeria acesso às formas de vida criadas pela civilização industrial (FURTADO, 2000, p.25).

Furtado (1954) ainda salienta que nas economias subdesenvolvidas, a grande dificuldade é justamente a baixa produtividade (visão de Lewis e Nurkse). Ao estabelecer uma relação de comércio externo¹⁴ cria-se para uma economia de baixos níveis de produtividade com a possibilidade para o desenvolvimento sem necessariamente, prévia acumulação de capital. O aumento da produtividade é o próprio desenvolvimento econômico nesta perspectiva de novas combinações de fatores de produção. É possível combinar os fatores de produção: terra e mão de obra, sem alterar a disponibilidade de capital, pela abertura do comércio externo, já que permitirá a utilização mais racional de tais fatores, elevando a produtividade média social, elevando a renda real e diversificando a procura, o que irá provocar novas oportunidades de investimento, de acordo com o nível de maturidade da economia. Entretanto, se os aumentos da renda se concentrar apenas nas mãos de pequenos grupos fechados, o processo de desenvolvimento, oriundo do comércio externo, não criará dinamismo, sem intensificação para a economia. Este é um típico exemplo de economias subdesenvolvidas, na qual a procura externa não é intensa e existe um grande excedente de mão de obra (chamada por Lewis de oferta ilimitada de mão de obra), gerando desemprego estrutural (isso ocorreu no Brasil) com a industrialização nascente.

Portanto, se a procura se diversifica, o salário real aumenta, cresce o consumo de alimentos, nas primeiras fases do desenvolvimento, diminuindo posteriormente com novos níveis de renda. Por outro lado, cresce intensamente o consumo de bens manufaturados, após satisfeitas as necessidades básicas da população o que torna ociosa a produção de alimentos. “[...] alcançados certos níveis de renda per capita, o fruto do desenvolvimento seria a criação de horas suplementares de ócio para a totalidade ou parte da população” (FURTADO, 1954, p.341).

[...] posto que a pressão no sentido de adotar novos padrões de consumo se mantém alta – ela está condicionada pelo avanço da técnica e da acumulação, e a correspondente diversificação do consumo, que se estão operando nos países cênicos – as relações internas de produção tendem a assumir a forma que permite maximizar o excedente. Daí que apareçam crescentes pressões, ao nível da balança de pagamentos, quando o país atinge o ponto de rendimento decrescente na agricultura tradicional de exportação e/ou enfrenta deterioração dos termos de intercâmbio (FURTADO, 1974, p.84).

A partir daí ganha importância o progresso técnico¹⁵ ou o chamado, processo de modernização nas economias subdesenvolvidas comandadas pelo Estado com planejamento. Esta modernização significa o próprio processo de industrialização, conhecido como processo

¹⁴ “[...] Nestas economias [periféricas] os incrementos de produtividades resultam fundamentalmente de expansão das exportações e não do processo de acumulação e dos avanços tecnológicos que acompanhavam no centro dos sistemas essa acumulação. [...] Esses aumentos de produtividade decorrem do que em economia, a partir de Ricardo, se chama de ‘vantagens comparativas’. A doutrina liberal, mediante a qual os ingleses com tanta convicção justificaram o seu projeto de divisão internacional do trabalho, fundava-se nessa lei das vantagens comparativas (FURTADO, 1974, p.26).

¹⁵ Furtado quer entender como se introduz o progresso técnico. A sociedade controlaria a introdução do progresso técnico de acordo com o ritmo e intensidade dos processos. Furtado comunga de uma grande interdisciplinaridade tendo como essência a introdução do progresso técnico e a manutenção da ordem pelo economista. Ele vai enfatizar que a modernização de técnicas e processos nos meios de produção “[...] não significou apenas aumento de produtividade, mas também foi causa de importantes modificações na estruturas sociais, facilitando e mesmo exigindo a organização das massas trabalhadoras. Por esta razão, a capacitação política se difundiu no corpo social, abrindo caminho às formas pluralistas de organização do poder que estão na base dos regimes democráticos. Existe evidência estatística de que os regimes autoritários favorecem a concentração de renda” (FURTADO, 1992, p.55).

de substituição das importações (PSI), já que as economias passaram a produzir o que antes importava, conforme observado pelos estudiosos da CEPAL. Entretanto, a problemática da inadequação tecnológica no que tange a tecnologia dos equipamentos importados (processo intensivo em capital e poupadora de mão de obras) não se relaciona com o nível de acumulação de capital da periferia, apenas com o perfil da demanda (consumo diversificado) que é modernizada¹⁶. Tais métodos de produção mantêm os salários reais próximos ao nível de subsistência, para elevar a taxa de exploração com a produtividade do trabalho o que resulta em concentração de renda (FURTADO, 1974).

A partir do método histórico, [Furtado] salientou que a industrialização tardia de países como o Brasil é muito diferente da que ocorreu nos países hoje desenvolvidos, porque, enquanto nestes a inovação e a difusão combinam-se para responder às próprias necessidades das sociedades, naqueles a difusão é marcada pela tentativa de imitação por parte das elites — as classes altas e as médias — dos padrões de consumo do centro. Ora, esta busca ansiosa de reprodução de padrões de consumo vai determinar as duas tendências centrais das economias periféricas: (1) a propensão ao endividamento externo e (2) a propensão à concentração social da renda (BRESSER PEREIRA, 2005, pp.138-139).

Para Furtado (1977), a modernização é classificada de duas formas: como assimilador de processos produtivos mais eficazes, numa perspectiva técnica (terra x trabalho); quando tem lugar fora do sistema se apresenta na forma de transformação no estilo de vida de grupos sociais (concentra renda), na apropriação do produto social. Além disso, tal apropriação vai depender da estratificação social que impõe relações de assimetria entre os grupos ou agentes sociais, nos níveis de consumo da coletividade, dada a especialização do nível das atividades produtivas, no âmbito da eficácia do trabalho. Em outras palavras, a produtividade do trabalho e o grau de desigualdade social vão determinar o nível de excedente numa sociedade.

Além disso, o comando do processo industrial é marcado pela formação de grandes conglomerados transnacionais e pela intensificação dos fluxos financeiros com o consequente, aprofundamento do endividamento, aprofundando a dependência financeira, tecnológica, cultural, dada a escassa disponibilidade de fatores de produção, resultando na apropriação do excedente e concentração de renda, elementos da dependência e do subdesenvolvimento (FURTADO, 1961; 1977).

Portanto, a industrialização não deve contemplar o benefício e dos conglomerados transnacionais e forte dependência para posterior endividamento futuro, aprofundando a dependência financeira e tecnológica. A industrialização e o processo de modernização devem colaborar no desenvolvimento econômico desde que estes estejam integrados com a estrutura de consumo do mercado interno (produção e demanda) conduzidos por um critério social, num contexto de planejamento de longo prazo para a promoção do crescimento econômico, geração de bem estar, cidadania, liberdade e integração nacional.

Nas economias subdesenvolvidas, as particularidades não devem ser ignoradas quanto ao custo de reprodução da população, já que apenas uma parte da massa trabalhadora, em geral a urbana, é beneficiada socialmente, em relação à rural. Para reduzir as assimetrias de benefícios e desigualdades, o papel do Estado torna-se cada vez mais importante na determinação do custo de reprodução da população. Nas economias desenvolvidas tal custo é considerado homogêneo

¹⁶A CEPAL classificou a periferia de heterogênea e especializada e o centro de homogêneo e diversificado, conforme já foi comentado na seção supracitada.

no espaço, já que tende a elevar mais que a produtividade social, aumentando o excedente no produto sem elevar o esforço de acumulação no sistema produtivo (FURTADO, 1977).

Furtado (1992) destaca que uma das principais características do subdesenvolvimento é a exclusão de segmentos importantes da população da vida política, privados de recursos de poder. As economias subdesenvolvidas carecem de uma teoria de excedente econômico. Quem se apropria? De onde vem e destina-se o excedente? O próprio centro. Numa dimensão da apropriação desse excedente, Furtado (1974; 1982) destaca que existe uma ordem de prioridades sociais inerentes na política econômica enquanto resultado de um conjunto de forças que transformam na estrutura de poder. Torna-se, portanto, decisivo o peso das minorias que passam a controlar, a riqueza e até dos meios de informação, considerando a importância do reforço da posição das classes de rendas médias e altas, através de formas mais modernas de consumo semelhantes às dos centros industriais. Com o aval das empresas multinacionais que assumem o controle do mercado do país e, portanto, do processo de desenvolvimento sob a tutela do próprio Estado.

Sobre a influência da ação estatal keynesiana, Furtado vai defender que o processo de desenvolvimento não é possível com o liberalismo econômico, via mercado, mas com o controle da sociedade na canalização do crescimento com aval do Estado¹⁷ e, sobretudo com planejamento das instituições públicas. Não obstante, nesta mesma sociedade que é de mercado, existem também grandes rupturas e nexos de dependências (principalmente em economias subdesenvolvidas), subordinando a busca do lucro desenfreado sobre o bem estar. Entretanto, as economias centrais utilizam de modernas técnicas para a dominação da periferia.

A formação do sistema econômico mundial apoiou-se, assim, tanto no processo de transformação das estruturas sociais como no processo de modernização do estilo de vida. Desenvolvimento e subdesenvolvimento, como expressão de estruturas sociais, viriam a ser as resultantes da prevalência de um ou outro desses dois processos. Cabe, portanto, considerar o desenvolvimento e o subdesenvolvimento como situações históricas distintas, mas derivadas de um mesmo impulso inicial e tendendo a reforçar-se mutuamente. Quanto mais ampla fosse a divisão internacional do trabalho, mais profundas seriam as transformações sociais no centro do sistema e mais intensa a modernização das formas de vida em sua periferia. Portanto, para compreender as causas da persistência histórica do subdesenvolvimento, faz-se necessário observá-lo com parte que é um todo em movimento, como expressão da dinâmica do sistema econômico mundial engendrado pelo capitalismo industrial (FURTADO, 2000, pp.27-28).

Furtado vai enfatizar também a importância do papel dos intelectuais para a transformação das estruturas da sociedade, com respostas imparciais por intermédio da *intelligentsia*¹⁸ no que tange ao estudo do passado no presente com as burocracias, os partidos e os movimentos culturais ideológicos.

¹⁷Furtado morou na França na década de 40 quando defendeu sua tese de doutorado. Ele observou que o Estado forte foi decisivo no processo de reconstrução dos países europeus no pós-guerra e vislumbrava associar esta visão intervencionista estatal ao processo de desenvolvimento econômico brasileiro dos anos 50.

¹⁸Este termo criado por Karl Mannheim acerca do papel dos intelectuais na transformação da sociedade, já que eram considerados imunes a qualquer influência política e de poder.

De um lado, estão a pesquisa e a criação intelectual, sem os quais não existirão os ingredientes que permitem construir o projeto; de outro, os recursos de poder necessários, pois a luta contra o subdesenvolvimento não se faz sem contrariar interesses e ferir preconceitos ideológicos. [...] O subdesenvolvimento, com o deus jano, tanto olha para a frente como para trás, não tem orientação definida. É um impasse histórico que espontaneamente não pode levar senão a alguma forma de catástrofe social. Somente um projeto político apoiado em conhecimento consistente da realidade social poderá romper a sua lógica perversa. Elaborar conhecimento é tarefa para a qual devem contribuir as universidades (FURTADO, 1992, p.57).

Ele identifica que nas economias desenvolvidas há uma alta relação da adequação da economia aos interesses, aos meios e aos fins com as necessidades reais, valores e aspirações da sociedade. Surge um dilema das possibilidades desenvolvidas com as necessidades reais da nação. Para as economias subdesenvolvidas, o desenvolvimento é interpretado como o processo de racionalização dos meios e das forças, na adequação desses, aos interesses da coletividade. A criatividade cultural da coletividade controla seus fins, seus meios e também os objetivos. O desenvolvimento nacional significa que a sociedade necessita abrigar centros internos de decisão, autonomia e identidade, e não a perda das tomadas de decisões com o processo de entrada empresas transnacionais e agências multilaterais. A sociedade necessita ter as condições de decisões e autonomia para fazê-las (FURTADO, 1961; 1974; 1978; 1992).

Portanto, o desenvolvimento para Furtado, não é anônimo, mas marcado por interesses e conflitos antagônicos, embora estes mesmos resultem em desenvolvimento, pois é fruto do antagonismo. Não se trata de um processo harmonioso, mas de confrontos e até de saltos. Ou seja, o conflito considerado prejudicial para a sociedade, não é um elemento ruim, mas a ausência dele pode resultar no processo de subdesenvolvimento.

5 Considerações Finais

O trabalho tentou caracterizar o desenvolvimento e o subdesenvolvimento econômico sob a ótica de diferentes pontos de vista da ortodoxia, da CEPAL e de Celso Furtado. Foi observado que o problema do desenvolvimento para Lewis e para Nurkse está associado aos fatores de mercado como: a oferta ilimitada de mão de obra diante da escassez de capital, (queda da produtividade física do trabalho), a elevação apenas o excedente do capitalista, sem aumentar a renda dos trabalhadores, gerando o processo de concentração de renda. O mercado interno é limitado pela pequena formação de capital e pelo progresso técnico (visão schumpeteriana); os salários são baixos em relação aos lucros dos empresários. A escassez da poupança, o problema da especialização produtiva e do desequilíbrio da balança de pagamentos; necessidade de obter recursos externos para compensar a falta de poupança e realizar a industrialização. Para Rostow, numa perspectiva darwiniana, os países passariam por cada um dos estágios: economia de subsistência, pré-condições para arranco, arranco, maturidade e era de consumo em massa, alegando que uma série de condições ocorreria em relação ao investimento, consumo e questões sociais em cada estágio. Embora nem todas as condições fossem comuns entre os países.

Já o pensamento cepalino apresenta uma análise própria quanto à unidade (América Latina) ao abrir mão da interpretação neoclássica ou keynesiana que atribuem o estágio de subdesenvolvimento da periferia a um simples estado de atraso. Além disso, seu mérito está na sistematização das características da estrutura produtiva a partir do processo de industrialização e como tais transformações estão condicionadas pelas relações comerciais da periferia com o

centro. Entretanto, sua limitação de análise está no mesmo mérito de não aprofundar na discussão das relações sociais e das desigualdades inerentes do centro-periferia.

Furtado faz uma busca de quadro teórico mais amplo e completo da questão do desenvolvimento, reporta a alguns elementos limitados na análise de Lewis e Nurkse e ainda acrescenta aspectos que a CEPAL não aprofundou. Ele reconhece que a análise econômica corrente tradicional de Lewis, Nurkse e Rostow é insuficiente para tal explicação, na medida em que baseia sua explicação apenas em um número limitado de variáveis econômicas e de parâmetros numa matriz estrutural. Para Furtado é importante analisar o plano das estruturas de cada país, já que é praticamente invisível para qualquer analista.

As interpretações clássicas de desenvolvimento se originam de conceitos de acumulação de capital e do processo de progresso técnico (produtividade do trabalho, mão de obra, capital etc). Furtado elucida que estes elementos supracitados na análise de Nurkse são insuficientes para explicar o processo de desenvolvimento nas economias subdesenvolvidas. Tal processo ocorre inexoravelmente com a elevação da renda real concentrada nas mãos de grupos fechados, oriundo da relação do comércio externo, via industrialização, diante de uma demanda interna bastante diversificada e uma oferta limitada e especializada de exportação (inadequação tecnológica do sistema de produção).

Furtado, numa perspectiva ampla e aprofundada vai além da análise de Lewis, Nurkse e da Cepal. Sua preocupação baseia-se na modernização de processos produtivos mais eficazes, na ótica de quem se apropria do excedente econômico numa sociedade desigual e concentradora de renda. Ele considera o subdesenvolvimento não como uma etapa, mas uma condição, já que estaria ligada a exclusão de segmentos da população da vida política, que são privados de recursos de poder. Ele conclama que o controle da riqueza seria realizado pela própria sociedade com o aval do controle estatal e não por empresas transnacionais, como de fato ocorre no controle do mercado. Nesta dimensão, ele vai ressaltar o papel dos intelectuais (*intelligentsia*) na transformação das estruturas desta sociedade pelo poder das instituições públicas.

Observa-se que o desenvolvimento econômico em economias desenvolvidas é fruto da alta relação da adequação da economia aos interesses, aos meios e aos fins com as necessidades reais, valores e aspirações da sociedade. Surge um dilema das possibilidades desenvolvidas com as necessidades reais da nação. Ao contrário, nas economias subdesenvolvidas, o desenvolvimento é interpretado como o processo de racionalização dos meios e das forças, na adequação desses, aos interesses da coletividade. A criatividade cultural da coletividade controla seus fins, seus meios e também os objetivos. O desenvolvimento nacional significa que a sociedade necessita abrigar centros internos de decisão, autonomia e identidade. Não abrir para perda das tomadas de decisões diante do processo de entrada empresas transnacionais e da interferência das agências multilaterais. A sociedade tem a necessidade de apresentar as condições de decisões e autonomia para fazê-las.

Concluimos, assim, que existe uma relação entre as três visões de desenvolvimento e subdesenvolvimento apresentadas. A perspectiva ortodoxa é a mais estreita, focando na questão exclusiva do âmbito econômico ou de produtividade. A visão da CEPAL é mais abrangente, trazendo a dimensão internacional que evoca as tensões políticas entre os diferentes Estados nacionais dos sistemas econômicos dos países. Por fim, Celso Furtado apresenta uma teoria do desenvolvimento e subdesenvolvimento mais abrangente ainda, pois além de considerar essas tensões de ordem geopolítica, se aproxima das relações de lutas internas a um sistema. Isso remete o leitor às questões das classes, do poder e da cultura em um nível mais abstrato e genérico de análise, justificando a larga amplitude de seu pensamento em comparação com as duas visões anteriores.

Referências Bibliográficas

BIELSCHOWKY, R. (2005) Vigência das contribuições de Celso Furtado ao estruturalismo. *Revista Cepal – número especial em português*. Brasília-DF.

BRESSER PEREIRA, L. C. (2005) Sempre na luta exigindo reflexão. In: Documento. Artigos na imprensa sobre Celso Furtado. *Revista de Economia Política*, vol. 25, nº 2 (98), pp. 138-156, abril-junho/2005

FURTADO, C. (1954) Formação de Capital e Desenvolvimento Econômico. In: Argarwala, A. N. e Singh, S. P. (Orgs.). *A Economia do Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2010.

_____. (1961) *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura.

_____. (1974) *O Mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura.

_____. (1977) *Prefácio a nova economia política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____. (1978) *Criatividade e dependência na civilização industrial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____. (1982) *O Brasil pós-milagre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____. (1992) *Brasil: a construção interrompida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____. (2000) *Introdução ao Desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

GUMIERO, R. G. (2011) *Diálogo das teses do subdesenvolvimento de Rostow, Nurkse e Myrdal com a teoria do desenvolvimento de Celso Furtado*. São Carlos: UFSCAR, 2011. 144f. (Dissertação de Mestrado)

HOBBSBAWM, E. (1995) *Era dos Extremos – o breve século XX 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras.

LEWIS, W. A. (1954) O desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão de obra (1954). In: Argarwala, A. N. e Singh, S. P. (Orgs.). *A Economia do Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2010.

LIMA, M. C. (2007) Desenvolvimento e globalização na periferia: o elo perdido. *Revista Perspectivas*, São Paulo, v. 32, p. 15-46, jul/dez. 2007.

NURKSE, R. (1953) Alguns Aspectos internacionais do desenvolvimento econômico. In: Argarwala, A. N. e Singh, S. P. (Orgs.). *A Economia do Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2010.

PINTO, A. (1976) Heterogeneidade estrutural e modelo de desenvolvimento recente. In: SERRA, J. (Coord.). *América Latina: ensaios de interpretação econômica*. Rio de Janeiro, Paz e Terra,

RODRIGUEZ, O. (1981) *Teoria do Subdesenvolvimento da CEPAL*. Rio de Janeiro: Ed. Forense-Universitária.

_____. (1986) O pensamento da CEPAL: síntese crítica. *Novos Estudos – CEBRAP*. São Paulo: CEBRAP, nº16, pp. 8-28, dezembro de 1986

ROSTOW, W. W. (1956) A decolagem para o crescimento autossustentado. In: Argarwala, A. N. e Singh, S. P. (Orgs.). *A Economia do Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2010.

_____. (1960) *Etapas do Desenvolvimento Econômico*. 6ª Edição; São Paulo: Zahar, 1978.

SUNKEL, O. (2000) La Labor de La CEPAL en sus Primeros dos Decenios. In: *La CEPAL en sus 50 años. Notas de un seminario conmemorativo*. Naciones Unidas. Comisión Económica para América Latina y El Caribe – CEPAL: Santiago de Chile, 2000.

THORP R. (2000) El Papel de La CEPAL en El Desarrollo de América Latina en los cincuenta y sesenta. In: *La CEPAL en sus 50 años. Notas de un seminario conmemorativo*. Naciones Unidas. Comisión Económica para América Latina y El Caribe – CEPAL: Santiago de Chile, 2000.

EDITORIAL

**FACE – Faculdade de Administração,
Ciências Contábeis e Ciências
Econômicas**

Curso de Ciências Econômicas

Direção FACE

Prof. Moisés Ferreira da Cunha

Vice-Direção FACE

Prof^ª. Andréa Freire de Lucena

**Coordenação do Curso de Ciências
Econômicas**

Prof. Tiago Camarinha Lopes

**NEPEC – Núcleo de Estudos e Pesquisas
Econômicas**

Coordenação

Prof. Sérgio Fornazier Meyrelles Filho

**SÉRIE DE TEXTOS PARA
DISCUSSÃO DO CURSO DE
CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA UFG**

Coordenação e Equipe de Editoração

Prof. Sandro Eduardo Monsueto

Adriana Moura Guimarães

Matheus Henrique de Araújo Dutra

Endereço

Campus Samambaia, Prédio da FACE –
Rodovia Goiânia/Nova Veneza, km. 0 –
CEP 74690-900, Goiânia – GO.

Tel. (62) 3521 – 1390

URL

<http://www.face.ufg.br/economia>

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos que contam com a participação de pesquisadores do NEPEC. As opiniões contidas nesta publicação são de inteira responsabilidade do(s) autor(es), não representando necessariamente o ponto de vista do NEPEC ou da FACE/UFG. É permitida a reprodução, desde que citada a fonte.